

Guerreiro Magrinho, do Comando Metropolitano de Lisboa, ocupando o seu lugar n.º 3, na lista de classificação final do curso, com efeitos administrativos a 31 de dezembro de 2009.

01 de julho de 2016. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, Técnico Superior.

209714422

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 9019/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonerar o licenciado João Pedro Teixeira Silva Freire, consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, das funções de adjunto do meu gabinete, para as quais havia sido designado pelo Despacho n.º 187/2016, de 22 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2016, e designo-o, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para exercer as funções de chefe do meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 7 de julho de 2016.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de julho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: João Pedro Teixeira Silva Freire
Data de nascimento: 14 de junho de 1982

Habilitações académicas

Conclusão da fase escolar do curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 2007 a 2008.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 2000 a 2005.

Percurso profissional

Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça do XXI Governo Constitucional, exercendo as funções de chefe de gabinete em substituição, desde dezembro de 2015.

Consultor do CEJUR — Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, de abril de 2010 até dezembro de 2015.

Perito externo da SIGMA (Support for Improvement in Governance and Management), iniciativa conjunta da União Europeia e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, em diversos projetos entre novembro de 2011 e fevereiro de 2015.

Técnico superior no Departamento Jurídico da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, de fevereiro de 2008 a abril de 2010.

Advogado estagiário na Linklaters, de setembro de 2005 a setembro de 2007.

209718635

Despacho n.º 9020/2016

Considerando que o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, regula, nos artigos 18.º, 19.º e 19.º-A, a forma de recrutamento, de seleção e de provimento dos cargos de direção superior, ali se estabelecendo que o recrutamento se efetua por procedimento concursal, a desenvolver pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando o resultado obtido em sede de procedimento concursal, desenvolvido nos termos do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública, para o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da

Justiça, I. P., e a fundamentação constante da proposta de designação elaborada pelo respetivo júri, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º do referido Estatuto, e do despacho de delegação de competências n.º 977/2016, de 20 de janeiro:

1 — Designo, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e na sequência do procedimento concursal, o licenciado Vasco José Manso de Oliveira Costa para, em comissão de serviço e pelo período de cinco anos, exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., a que se referem o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 123/2011, de 29 de dezembro, e o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 7 de julho de 2016.

7 de julho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome: Vasco José Manso de Oliveira Costa.
Data de nascimento: 27 de maio de 1957.

Habilitações literárias:

Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie: Licenciatura em Engenharia Civil (1976-1980);
INDEG/ISCTE: Pós-graduação em Gestão Empresarial (1991-1992);
INDEG/ISCTE: Pós-graduação em E-Business (2000-2001).

Outras habilitações:

2009 — IST (DECivil/Fundec) — Acústica de Edifícios;
2009 — LNEG — Projetista de equipamento solar térmico;
2010 — Perito qualificado da Ordem dos Engenheiros — RCCTE.

Atividade profissional:

Desde dezembro de 2015:

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.: Vogal do conselho diretivo, em regime de substituição.

De maio de 2013 a dezembro de 2015:

Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.: Assessor do conselho diretivo.

De janeiro de 2001 a julho de 2012:

RAR Imobiliária, S. A.: Diretor-adjunto da administração.

De fevereiro de 1994 a dezembro de 2000:

Construtura Abrantina, S. A.: Diretor da área imobiliária.

De fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994:

TEVISIL — Sociedade Técnica Viseense, S. A.: Diretor de produção da Delegação Sul.

De novembro de 1990 a fevereiro de 1993:

Carlos Eduardo Rodrigues, S. A.: Diretor de grupo de obras na região de Lisboa.

De agosto de 1988 a novembro de 1993:

Bucelato Construtores, L.ª: Diretor de núcleo de obras na região do Algarve.

De outubro de 1985 a agosto de 1988:

AGERG — Gestão e Construção, L.ª: Diretor de obra (de outubro de 1985 a dezembro de 1986) e diretor regional — ilha Terceira (de janeiro de 1987 a agosto de 1988).

De setembro de 1983 a setembro de 1985:

Prestação de serviço militar obrigatório na Direção de Infraestruturas da Força Aérea.

De maio de 1982 a agosto de 1983:

PROCIS — Processos e Sistemas de Construção, L.ª: Diretor de obra.

De julho de 1980 a abril de 1982:

ETALP — Engenheiros Associados: Estagiário de engenheiro projetista de estruturas (de julho a dezembro de 1980) e engenheiro projetista de estruturas (de janeiro de 1981 a abril de 1982).

Informação profissional adicional:

Membro da Ordem dos Engenheiros.

209718708

Centro de Estudos Judiciários

Aviso n.º 8784/2016

Avisa-se da afixação e disponibilização na página eletrónica do Centro de Estudos Judiciários, no dia 6 de julho de 2016, da lista de graduação final no âmbito do procedimento de seleção para recrutamento de docentes aberto pelo Aviso n.º 6137/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de maio de 2016.

07 de julho de 2016. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

209716245

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9021/2016

O Provedor do Bolseiro de Investigação tem como função defender e promover os direitos e legítimos interesses dos bolseiros de investigação científica, designadamente através da análise das queixas e participações que lhe são dirigidas, sejam elas individuais ou coletivas, motivadas por ações ou omissões, da entidade financiadora, das entidades de acolhimento, ou dos orientadores, que prejudiquem os bolseiros.

O seu poder de emitir recomendações, tanto às instituições de acolhimento, como às entidades financiadoras, assume uma dimensão inegável não só na harmonização dos interesses dos bolseiros com o progresso do desenvolvimento científico ao serviço do País, como na identificação de atos lesivos daqueles interesses.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 16.º-A da Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação), alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 202/2012, de 27 de agosto, e alterada pelos Decreto-Lei n.º 233/2012, de 29 de outubro, Lei n.º 12/2013, de 29 de janeiro, e Decreto-Lei n.º 89/2013, de 9 de julho, determino o seguinte:

1 — Nomeio o Professor José João Galhardas de Moura, cujo *curriculum vitae* se anexa ao presente despacho, como Provedor do Bolseiro de Investigação.

2 — O exercício de funções como Provedor do Bolseiro de Investigação não confere direito a qualquer remuneração, sem prejuízo do direito ao pagamento de despesas com as deslocações, decorrentes das funções exercidas, nos termos previstos no regime jurídico do abono de ajudas de custo e transporte relativo às deslocações em serviço público da generalidade dos trabalhadores em funções públicas.

3 — O apoio logístico, administrativo e técnico-jurídico ao Provedor do Bolseiro de Investigação é prestado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

3 de junho de 2016. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

José João Galhardas de Moura nascido em 15/05/51, Engenheiro Químico IST, UTL, Lisboa (1968-1974), Doutoramento em Química (Química Bioinorgânica) pela FCT — Universidade Nova de Lisboa (UNL) (1979). 1979-1981 — Investigador Convidado da Universidade de Minnesota, USA. 1984-2002 — Professor Convidado, Universidade da Georgia, Athens, GA, USA. Membro de diferentes painéis internacionais: NATO Programa-Supramolecular Química, Human Capital & Mobility-DGXII-CE, Engineering-Structural Biology. Membro do Comité Técnico do COST e Delegado Português ao INTAS e COST (D-7-21-818).

1994-... — Professor Catedrático da FCT-UNL.

1997-2000 — Presidente do Departamento de Química (Promotor do LA REQUIMTE).

2003-2006 — Presidente do Conselho Científico da FCT-UNL.

2004 — Prémio Estímulo à Excelência pelo MCES.

2005-2008 Membro Eleito do Conselho de Cientistas da Soc Biol Inorg Chemistry.

2006-... — Membro Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Participa em diversos Editorial Boards. Membro do Painel Científico do Programa Estímulo da Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian e colabora com a FCT-MCTES na avaliação de projetos. Em 2010 até 2013 foi eleito Presidente da Society of Biological Inorganic Chemistry.

Tem mais de 400 artigos publicados (ISI Web of Knowledge), índice-H =57, e 30 orientações de doutoramentos.

Membro fundador da Divisão de Química Inorgânica e Bioinorgânica (2015).

Diretor da Biblioteca do Campus de Caparica, FCT-UNL desde 1996. Envolvido na coordenação de projetos culturais e científicos no âmbito da Biblioteca do Campus de Caparica (www.biblioteca.fct.unl.pt).

209716723

EDUCAÇÃO

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho (extrato) n.º 9022/2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 2 de junho de 2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente técnica Helena Isabel Mesquita Duarte Coimbra no Agrupamento de Escolas Madeira Torres, concelho de Torres Vedras, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo o posicionamento entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2015.

30 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Luísa Gaspar Pranto Lopes Oliveira*.

209717655

Despacho (extrato) n.º 9023/2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 11 de abril de 2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente técnica Anabela Maria Abreu Fonseca no Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, concelho de Aveiro, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo o posicionamento na 3.ª posição remuneratória, com produção de efeitos a 1 de janeiro de 2016.

30 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Luísa Gaspar Pranto Lopes Oliveira*.

209717614

Despacho (extrato) n.º 9024/2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 21 de março de 2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria do assistente operacional José Luís Nunes Lopes na Escola Secundária Alves Martins, concelho de Viseu, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo o posicionamento na 1.ª posição remuneratória, com produção de efeitos à data do despacho.

30 de junho de 2016. — A Diretora-Geral, *Maria Luísa Gaspar Pranto Lopes Oliveira*.

209717525

Despacho (extrato) n.º 9025/2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 15 de abril de 2016, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente operacional Eduarda Maria dos Santos Fernandes no Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira, concelho da Moita, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada